

Proposta nº x/2025

Proposta Dia Internacional dos Arquivos

Arquivos Municipais Digitais – Arquivos da Cidade

Considerando que:

- 1. O Dia Internacional dos Arquivos celebra-se a 9 de junho, data escolhida por coincidir com a data de criação do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) pela UNESCO em 1948. Esta efeméride visa promover e divulgar os princípios arquivísticos globalmente, reconhecendo os arquivos como espaços de registos únicos e insubstituíveis de decisões, ações e memórias, essenciais para a transparência administrativa, defesa dos direitos dos cidadãos, fortalecimento da democracia e preservação do conhecimento e da memória coletiva. Segundo a Declaração Universal dos Arquivos, estes "Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida".1
- 2. Em 2025, o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) celebra a 7ª edição da Semana Internacional de Arquivos, de 9 a 13 de junho, com o tema #ArchivesAreAccessible Arquivos para Todos, escolhido por consulta pública. A iniciativa reforça o compromisso com a acessibilidade e a inclusão nos arquivos, promovendo reflexão sobre o seu papel social. Este ano também marca o 77º aniversário do ICA, com atividades que celebram sua história, conquistas e futuro. Em Portugal, a data é assinalada com atividades como exposições e visitas guiadas a arquivos da Rede Portuguesa de Arquivos².

¹ DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE OS ARQUIVOS Aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo. Adotada na 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO https://www.ica.org/app/uploads/2024/01/UDA June2013 POR.pdf

² https://www.ua.pt/pt/sbidm/international-archives-week-2025



Considerando também que:

- 3. Lisboa perdeu o seu Vereador da Cultura com a suspensão de Mandato do Vereador Diogo Moura, e desde então não tem um vereador com o pelouro. Consultado o site, nas áreas de governação da Câmara Municipal não consta o pelouro da Cultura³ e consultando o Arquivo da Internet, reiterando-se a importância dos arquivos, é possível verificar que este pelouro deixou de constar nas áreas de governação da cidade pelo menos desde 25 de Junho de 2024⁴, há quase um ano.
- 4. Este é um reflexo claro de que com os #NovosTempos da AD, a cultura deixou de ser uma prioridade, a cidade de Lisboa deixou de ter uma política cultural e quem concretizasse essas políticas. O estado a que chegaram diversos edifícios onde estão instalados os Arquivos Municipais e assim como as suas condições de trabalho, conservação dos acervos e divulgação dos mesmos, reflete bem essa ausência total de uma política de cultura e a negligência com que têm sido geridas as infraestruturas culturais e de memória da cidade.
- 5. A documentação relativa à memória da cidade arquivada em diversos suportes e tipologias documentais, encontra-se espalhada em diferentes zonas da cidade, nomeadamente Campolide, Rua da Palma e Largo do Calvário, em edifícios não vocacionados para o fim a que se destinam.
- 6. Trata-se de repositórios únicos da História da cidade que constitui o Arquivo Municipal de Lisboa organizado em Arquivo Geral e Histórico, Arquivo Fotográfico e Videoteca. Também o Gabinete de Estudos Olisiponenses, instalado no Palácio do Beau Séjour e cujas obras de reabilitação tardam em arrancar, possui um valiosíssimo acervo ainda muito por digitalizar e encontrandose a sua plataforma digital muito desactualizada⁵ e o seu catálogo atualmente indisponível online⁶. Bem como a Hemeroteca de Lisboa e a sua coleção de publicações periódicas, repositório único da história quotidiana de Portugal, nos últimos 3 séculos, se encontra à espera de um edifício apropriado ao seu bom funcionamento.

³ https://www.lisboa.pt/municipio/camara-municipal/areas-de-governacao consultado a 26.05.2025

⁴ https://web.archive.org/web/20240626115143/https://www.lisboa.pt/municipio/camaramunicipal/areas-de-governacao

⁵ https://geo.cm-lisboa.pt/ - não é possível visualizar os vídeos da Galeria de Vídeos em formato RealPlayer, descontinuado nos sistemas operativos mais recentes.

⁶ http://docbweb.cm-lisboa.pt/psqbol.asp?base=ISBD consultado a 09.06.2025

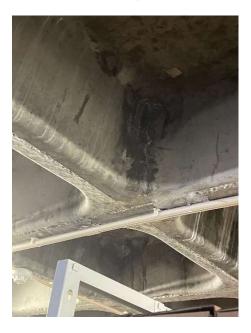


GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

7. O LIVRE visitou o edifício do Arquivo Municipal no Bairro da Liberdade no dia 18 de março de 2025 e a Videoteca e Arquivo Fotográfico no dia 11 de abril de 2025.

No local, pudemos comprovar a necessidade urgente de novas instalações e das más condições de trabalho e de conservação dos materiais do arquivo:

- Deficiente acondicionamento do acervo documental em caves de edifícios de habitação no Bairro da Liberdade, adaptadas para arquivo;
- Chove sobre documentação secular nas caves;





- Há problemas nos sistemas de AVAC e deficientes condições de climatização, ventilação e qualidade do ar.
- Faltam materiais específicos para conservação e restauro de peças únicas e insubstituíveis para a memória da cidade;
- Faltam acessos rápidos à internet, servidores com espaço em disco e espaço na nuvem que permita digitalizar filme com a máxima resolução e que permita o acesso direto dos cidadãos a todo o acervo documental e videográfico dos arquivos municipais com a máxima qualidade;
- Há problemas com a manutenção dos equipamentos de digitalização;
- O software de gestão arquivística está muito desatualizado e por isso é limitativo quer para quem trabalha nos serviços, quer em termos das consultas pelos utilizadores.



GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

- Os computadores s\(\tilde{a}\) demasiado antigos e sem capacidade para manuseamento e edi\(\tilde{a}\) o em v\(\tilde{d}\)eo;
- Faltam meios humanos e tecnológicos (scanners de grandes formatos) para aumentar a capacidade e acelerar a digitalização e catalogação do riquíssimo acervo ainda por digitalizar.
- Falta espaço para as atividades do serviço educativo e para garantir uma maior abertura e acessibilidade aos arquivos por parte do público;
- 8. É de ressalvar a dedicação extrema dos funcionários do Arquivo Municipal de Lisboa à causa dos arquivos e da preservação e divulgação da memória da cidade, que com meios muito limitados fazem um trabalho inexcedível para a valorização e preservação da memória da cidade.
- 9. Estes têm publicamente manifestado por diversas vezes o seu descontentamento, exemplo disso quando a 26 de junho de 2024 foi entregue nos Paços do Concelho o abaixo-assinado⁷, "subscrito por perto de 90% do universo dos trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa"⁸ em que estes exigiam respeito pelos seus direitos.
- 10. Antes disso, a 28 de outubro de 2022, enviaram um outro abaixo-assinado reportando: "No caso do Arquivo Geral e Histórico, transferido das Torres do Alto da Eira em 2004 para o Bairro da Liberdade em Campolide, numa solução temporária que infelizmente se prolongou até aos dias de hoje, muitos são os problemas apontados pelos trabalhadores e pelo seu Sindicato, o STML. Referimo-nos a alguns problemas estruturais, mas também a sucessivos episódios de infiltrações, à degradação paulatina do edificado, bem como a ausência de ventilação e climatização adequadas.

(...)

Trata-se do facto de estar instalado num edificio de utilização múltipla, nomeadamente com a vertente habitacional, contrariando todas as normas e recomendações nacionais e internacionais referentes ao depósito, acondicionamento e conservação dos documentos de carácter ímpar à sua guarda. Sublinhe-se que o AML detém documentação não só

⁷ https://www.stml.pt/wp-content/uploads/2024/06/Abaixo assinado AML.pdf

⁸ https://www.stml.pt/trabalhadores-do-arquivo-municipal-de-lisboa-exigem-respeito-pelos-seus-direitos/



GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

produzida pela Câmara Municipal desde o início do século XIII, como também por outras entidades (é o caso dos vários espólios particulares de arquitetos portugueses ou dos trabalhos de diversos fotógrafos) e continuará a integrar novos documentos no seu acervo."

- 11. É por isso imperativo avançar de uma vez para o novo edifício dos arquivos centrais, e é incompreensível como se perderam 4 anos neste mandato sem que nada saísse do papel.
- 12. Na Reunião da 1.ª CP + 5.ª CP da Assembleia Municipal para as audições relativas ao Orçamento 2025, realizada a 26 de novembro de 2024 com a presença da Sra. Vereadora Filipa Roseta e os Presidentes dos Conselhos de Administração da SRU e da Gebalis, em reposta a uma pergunta do LIVRE, relativamente ao futuro novo edifício do Arquivo Municipal, a Sra. Vereadora Filipa Roseta mencionou que existe um programa para o edifício elaborado por um consultor externo (contratado pela SRU segundo verba do seu plano de atividades), especialista na matéria, com base naquilo que são as necessidades apontadas pelos serviços e que a parte urbanística do eixo das Calvanas ainda estará em estudo;
- 13. O LIVRE enviou um Requerimento no âmbito do projeto para o Arquivo Municipal de Lisboa e Eixo das Calvanas a 22 de janeiro do 2025 a solicitar:
 - Toda a documentação integrante do referido programa elaborado por especialista, bem como o levantamento de necessidades identificadas pelos serviços municipais dos arquivos;
 - b. Um ponto de situação do estudo urbanístico à data, com envio da documentação relevante para ilustrar o seu estado de maturação e desenvolvimento.
- 14. Até hoje, mais de 4 meses depois e ultrapassados todos os prazos regimentais de resposta, não só não recebemos a documentação solicitada como não tivemos qualquer tipo de resposta ao requerimento.

Considerando ainda que:

15. Enquanto a obra do novo Edifício do Arquivo Central não avança, é também fundamental dotar os diferentes arquivos municipais de recursos humanos e infraestruturais, garantir condições de trabalho dignas aos seus trabalhadores com vista à sua modernização e digitalização imediata e continua para prestar cada vez melhores serviços aos cidadãos.



GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

- 16. É urgente agilizar a Democratização do Acesso à Memória da Cidade. E isso não precisa apenas de um novo edifício, e não depende dele, pois através dos meios digitais hoje ao dispor da nossa sociedade pode começar a ser feito de imediato.
- 17. É urgente que a Câmara Municipal impulsione desde já a modernização da infraestrutura digital e plataformas de consulta online dos Arquivos Municipais, para garantir uma acessibilidade total aos acervos digitalizados do município, para aproximar dos arquivos à comunidade e maximizar a preservação digital da memória da cidade, garantindo "Arquivos Acessíveis, Arquivos para Todos".
- 18. O Município tem na sua história uma imensidão de estudos, planos, e edições sobre a cidade, muitas delas esgotadas, e por isso inacessíveis e desconhecidas do grande público que urge digitalizar, disponibilizar e divulgar.
- 19. A Georreferenciação desta história e documentação, que está muito ainda por fazer, é não só possível com os meios de sistemas de informação geográfica hoje ao nosso dispor, como é urgente por ajudar a criar novas camadas de conhecimento sobre a memória da cidade e tornar mais acessível e operativo esse conhecimento
- 20. Novas plataformas digitais como a BiblioLED Biblioteca Pública de Leitura e Empréstimo Digital⁹ criada e cofinanciada com o dinheiro do PRR, podem criar sinergias entre as bibliotecas e arquivos municipais para vir dar um novo impulso e divulgação ao acervo digital do Arquivos Municipal de Lisboa e das edições esgotadas do município.
- 21. Ao nível do acervo do Arquivo Fotográfico está também por fazer a georreferenciação de um grande número de fotografias, e o acervo tem um enorme potencial para exercícios de retrofotografia ("antes e agora") para redescoberta e conhecimento de lugares antigos e renovados da cidade. Nos últimos anos, com a fotografia digital nos telefones e as redes sociais, a retrofotografia têm ganho atenção e praticantes e importa que os arquivos a incentivem esta prática para aumentar o interesse e conhecimento do seu acervo fotográfico. Um excelente exemplo de um projeto autodidata nesta área é a página "Memórias de Lisboa" de Francisco Seixas.

-

⁹ https://www.biblioled.gov.pt/about



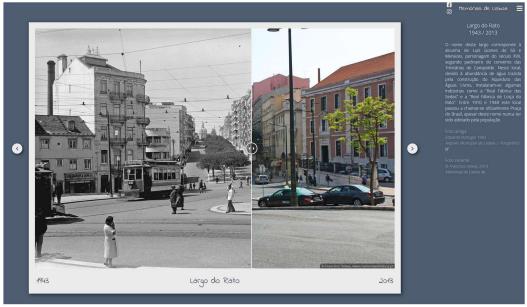


Figura 1 - Projeto Memórias de Lisboa

Considerando finalmente que:

A Recomendação da Comissão Europeia de 10 de novembro de 2021¹⁰ sublinha a urgência da transformação digital do património cultural, apelando aos Estados-Membros a desenvolver estratégias digitais abrangentes que integrem tecnologias como digitalização em 3D, inteligência artificial e realidade aumentada, com especial atenção à digitalização e preservação de arquivos, monumentos, sítios e património imaterial; recomenda ainda o reforço dos meios técnicos e humanos das instituições, nomeadamente os arquivos municipais, para garantir o acesso público, a conservação e reutilização de conteúdos culturais, promovendo a sua resiliência, sustentabilidade e papel social.

A Comissão Europeia incentiva os Estados-Membros a aproveitarem **instrumentos financeiros europeus disponíveis**, como o Programa Europa Digital, o Horizonte Europa ou o Programa de Recuperação e Resiliência, para investir na transformação digital do setor e aumentar o seu contributo para a economia europeia, pelo que importa considerar a **candidatura das medidas propostas aos programas internacionais aplicáveis**, como o FIDA do ICA.

¹⁰ Commission proposes a common European data space for cultural heritage (2021), https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/commission-proposes-common-european-data-space-cultural-heritage



Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- 1. Tomar medidas concretas no imediato para mitigar as deficiências infraestruturais atuais dos diversos polos do Arquivo Municipal, descritas no considerando 7, dotando-os no imediato e até à inauguração do novo edifício central do Arquivo Municipal, de condições dignas e salubres, que ofereçam aos trabalhadores dos arquivos as melhores condições de trabalho possíveis para a prossecução dos objetivos de preservação e divulgação da memória da cidade de Lisboa.
- 2. Tomar medidas concretas para aumentar a acessibilidade e promover a abertura do Arquivo Municipal nas suas diversas vertentes, à academia, às empresas e às pessoas para tornar o seu acervo uma ferramenta operativa do desenvolvimento da cidade e democratizar o acesso à memória e ao conhecimento da Cidade, nomeadamente através de:
 - a. Firmar protocolos com as universidades públicas e privadas sediadas no município para promover a abertura do Arquivo Municipal, a trabalhos de investigação em áreas como historiografia, curadoria, conservação e restauro e criação artística.
 - b. Firmar protocolos com instituições públicas e privadas, para promover a digitalização dos arquivos e coleções privadas sediados na cidade de Lisboa, ou com documentação relevante para a história da cidade com vista à disponibilização integral da sua versão digital.
 - c. Criar um Programa de Digitalização de todas as publicações esgotadas e fora de circulação do Município de Lisboa, e de organismos públicos do Estado Central, Universidades e outros localizados geograficamente na cidade de Lisboa ou com documentação relativa à cidade de Lisboa para disponibilização pública para:
 - i. Disponibilização da sua versão digital integral gratuitamente ao público (salvaguardando direitos autorais), em formato livro-eletrónico (ebook) de todas as Edições esgotadas da Município de Lisboa no Catálogo da Rede BLX e na plataforma Biblio-LED.



GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

- ii. Disponibilização segundo catalogação temática a definir por especialistas em cada área e;
- iii. construção de grandes modelos de linguagem (LLM's) gerais e sectoriais para uso público e livre, informados por todos os dados, informação e conhecimento já produzido sobre a cidade de Lisboa pelos serviços municipais, pelo estado central ou pela academia, que permitam ao cidadão comum fazer perguntas e obter respostas sobre a vasta história e memória da cidade de Lisboa nas diferentes áreas de conhecimento sobre a cidade;

d. Mapear a História da Cidade:

- Digitalizar todo o acervo histórico-cartográfico, de estudos e planos referentes à cidade de Lisboa, do município e das entidades públicas sediados em Lisboa, agregando todos num único mapa de camadas georeferenciadas, garantindo o seu acesso livre e público;
- ii. Disponibilizar serviços de digitalização e georreferenciação de cartografia referente à cidade de Lisboa de outros arquivos de instituições publicas e privadas e colecções particulares, com vista a disponibilização pública da versão digital de toda a cartografia;
- iii. Abrir um concurso de Ideias para estudantes e autodidatas para criar uma Aplicação de Geo-Caching de código aberto, para georreferenciação pela comunidade,de Fotografias do Arquivo Fotográfico através da prática de retro-fotografia.
- 3. Dotar o Arquivo Municipal nas suas diversas vertentes de meios e humanos e infraestruturas para a prossecução dos objetivos do ponto anterior, nomeadamente através de:
 - a. Criar um Grupo de Trabalho interdepartamental, com representantes dos serviços técnicos municipais e do Arquivo Municipal, com o objetivo de:
 - i. Estudar casos de referência europeus, como o Barcelona City Council
 Digital Plan, e contactar cidades que promovem políticas de "Dinheiro Público, Código Público", para identificar boas práticas na adoção de



GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

plataformas digitais baseadas em software livre, interoperável e aberto à inovação comunitária;

- ii. Preparar a abertura de procedimentos concursais para a contratação de uma nova plataforma de gestão arquivística, em software livre e código aberto, que suporte múltiplos formatos, permita a criação colaborativa de novos módulos e funcionalidades por parte de utilizadores, empresas ou comunidade técnica, e assegure total acessibilidade e consulta pública aos dados dos Arquivos Municipais, da Hemeroteca Digital e do Gabinete de Estudos Olisiponenses, que permita a consulta do catálogo e visualização integral da documentação digitalizada a partir de qualquer lugar para todos os utilizadores registados.
- iii. Reforçar os meios humanos e de infraestrutura para digitalizar, catalogar e divulgar o acervo documental, fotográfico, videográfico e sonoro da cidade de Lisboa;
- iv. Dotar a videoteca de ligação fibra de alta velocidade para carregamento e consulta de vídeos para e nos servidores da CML;
- v. Dotar a Videoteca de espaço no servidor e na nuvem para digitalização e disponibilização de vídeo em alta resolução, para consultas e visualização online dos munícipes.
- 4. Candidatar estas propostas a financiamento do FIDA do ICA e outros programas aplicáveis.
- 5. Criar o Arquivo Arqueológico Digital da Cidade de Lisboa:
 - a. Criar um protocolo com o Património Cultural I.P e a Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E com vista a criar uma copia digital de toda a documentação produzida no âmbito de escavações arqueológicas ocorridas na cidade de Lisboa ao longo da sua história e com permanente atualização de escavações mais recentes – para ficar publicamente acessível e disponível;



GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

- b. Criar um mapa interativo que aglomere todos os levantamentos planimétricos, fotogramétricos, e nuvens de pontos de todas as escavações arqueológicas, estratificado por por períodos arqueológicos e profundidade de escavação;
- 6. Estudar a criação do Museu da Fotografia de Lisboa Antecipando a mudança prevista para o novo edifício central do arquivo de Lisboa, estudar a possibilidade transformar as instalações do atual Arquivo Fotográfico Municipal, no Museu da Fotografia de Lisboa com espaços para exposições temporárias e permanente, serviço educativo e para realização de workshops e oficinas de fotografia e outras valências complementares que se mostrem adequadas ao edifício existente e à promoção disciplina da fotografia na cidade de Lisboa.
- 7. Instruir a SRU e os serviços municipais a partilhar com todos os vereadores o ponto de situação e toda a documentação relativa ao Edifício Novo Arquivo Municipal todos os estudos, levantamentos de necessidades, programas preliminares, peças de concursos e o que mais tenha sido produzido recentemente, bem como sobre a concretização da ORU das Calvanas na sua envolvente.
- 8. Enviar esta proposta ao STML e aos trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa.

Lisboa, 30 de julho de 2025.

O Vereador

Rui Tavares